

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE CUBANOS: ENTRE O MARIEL (1980) E A CRISE DOS BALSEIROS (1994)

ISABEL IBARRA CABRERA*

RICKLEY LEANDRO MARQUES**

A EMIGRAÇÃO PELO PORTO DE MARIEL

O ano de 1980 foi um momento crucial na história contemporânea cubana, pois a partir desse momento torna-se visível internacionalmente que a revolução cubana de 1959 já não tinha na ilha o mesmo apoio popular de outrora. A revolução, que se tornara um exemplo de resistência nacionalista para a América Latina, passava desde então a enfrentar sua primeira crise popular interna. Não pretendemos afirmar aqui que não houve conflitos entre segmentos da população e o governo revolucionário cubano antes do fenômeno Mariel em 1980, o que já foi explicitado na primeira parte deste estudo. A diferença estava na proporção e na visibilidade dos acontecimentos de abril daquele ano, que fizeram transbordar o que há muito estava encoberto, ou, pelo menos, evitado: uma parcela da sociedade cubana que apoiara as transformações realizadas rompeu, de forma irreversível naquele momento, com a revolução cubana iniciada em 1959 e com os seus dirigentes.

Isto não significa que a maioria da população estivesse insatisfeita com a revolução no país, já que proporcionalmente os dissidentes constituíam uma parcela minoritária da sociedade cubana. Contudo, tornou-se visível naquele momento que um segmento da sociedade cubana preferia abandonar a revolução e a nação a continuar vivendo sob o que chamavam “regime castrista”. Desde a migração histórica dos anos de 1960 não se ouviam de forma tão explícita protestos contra a política revolucionária implantada na ilha. O ano de 1980 foi o momento da “primeira onda” de dissidência política dentro da revolução, pois os que agora se denominavam dissidentes políticos haviam dado suporte às transformações político-sociais iniciadas em 1959 com a revolução e tinham-na defendido frente aos que então partiam para Miami.

*Professora Associada II do Dehis/PPGHIS/ UFMA.

**Professor Adjunto II do curso de Ciências Humanas/ Campus de Pinheiro/UFMA

A crise abriu um novo precedente histórico, diferente daquela migração dos anos 1960, que fora vista e analisada como uma emigração político-ideológica. Os emigrados saíram pouco depois da revolução e, em sua maioria, fazia parte da elite econômica cubana que não estava interessada em fazer de Cuba um país nacionalista e, menos ainda, socialista. O debate sobre o conflito entre o governo revolucionário e essa migração era formulado a partir do prisma de uma elite reacionária que abandonara a sua pátria por não conseguir adaptar-se a nova ordem social estabelecida pela vanguarda revolucionária. Não se pode dizer o mesmo acerca da migração de 1980, já que os descontentes que pretendiam deixar o país e colocavam-se na condição de dissidentes políticos eram, em sua ampla maioria, jovens que haviam formado sua consciência social e política durante a revolução e que pertenciam às camadas populares. Ou seja, constituíam o grupo social que havia sido definido como o principal alvo da revolução de 1959. As duas levas de emigrantes tiveram motivações e personagens completamente distintos, o que inviabiliza, de saída, quaisquer tentativas de uma possível convergência explicativa entre elas.

Segundo o historiador cubano Jorge I. Domínguez, radicado na Inglaterra, a emigração dos anos 80 fez subir o índice da faixa etária do país, o que comprova que a maioria dos emigrantes saídos pelo porto de Mariel era composta por jovens. Mais importante ainda: até a onda migratória de Mariel, a quantidade de negros cubanos exilados em Miami era irrisória. Segundo Domínguez, a população negra havia conseguido conquistas sociais nos primeiros momentos da revolução por ser o segmento economicamente menos favorecido da sociedade cubana. Já em 1980, havia entre os negros uma parcela de descontentes com os resultados da revolução, sobretudo entre os jovens de Havana (DOMÍNGUEZ, 1998, p.53).

O mesmo autor afirma ainda que outro fator que contribuiu para a desilusão dos jovens urbanos negros com a revolução foi verem frustradas suas expectativas diante das conquistas obtidas até então:

A onda de emigração que houve em 1980 incluiu aos negros das cidades em número comparável com sua participação na população urbana. O governo eliminou as poucas barreiras jurídicas de discriminação racial que existiam antes da revolução, mas o efeito da medida foi modesto (DOMÍNGUEZ, 1998, p. 204).

Segundo ele, essas conquistas foram modestas, pois, embora as condições de vida dos negros houvessem melhorado em geral, continuavam a apresentar índices muito inferiores aos dos brancos nos aspectos estruturais de qualidade de vida, tais como acesso a saneamento básico, moradia, empregos e representação política, entre outros. Buscando uma explicação para essa diferença, Domínguez acredita que ela esteja talvez na origem da revolução, pois a presença negra entre os líderes revolucionários era

insignificante. O autor também critica a política racial cubana, que proibiu a continuidade das organizações negras:

Como o governo afirmava que havia resolvido o problema racial, argüir que este persistia, ainda que fosse de forma modificada, era um ato subversivo. O governo proibiu as associações de intelectuais e políticos negros que existiam antes da revolução. Vários dos que insistiram em que seguia havendo sérios problemas raciais na sociedade cubana, ou assuntos intelectuais distintivos entre os afro cubanos, se exilaram (DOMÍNGUEZ, 1998, p.205).

Problemas graves como estes se mantiveram submersos até 1980. Trataremos, neste primeiro momento, de iluminar um pouco o cenário onde eclodiu a emigração pelo porto de Mariel em Havana. Para isso é importante que se tenha uma idéia de como se desenrolaram os acontecimentos do dia primeiro de abril de 1980. Quase casualmente, tais acontecimentos transformaram-se em um fenômeno capaz de levar ao êxodo de mais de cento e vinte e cinco mil cidadãos cubanos para os Estados Unidos da América em pouco mais de noventa dias, em plena Guerra Fria.

DA INVASÃO DA EMBAIXADA DO PERU ATÉ A ABERTURA DO PORTO DE MARIEL: O ACIRRAMENTO NAS RELAÇÕES ENTRE CUBA E OS ESTADOS UNIDOS

Começemos com algumas perguntas objetivas: por que a invasão da embaixada do Peru por um pequeno grupo de pessoas desdobrou-se na saída de mais de 125.000 cubanos pelo porto de Mariel? Como os dirigentes e a população reagiram ante a notícia dessa dissidência? Qual foi a explicação oficial para o fenômeno? Como a historiografia cubana o analisa? Vejamos, de forma sucinta, os acontecimentos da primavera cubana de 1980.

A crise inicia de maneira aparentemente ingênua e, ao desdobrar-se, vai passo a passo tornando-se uma ameaça inesperada ao regime cubano. No dia primeiro de abril de 1980, seis cidadãos cubanos seqüestram um ônibus coletivo e invadem a embaixada do Peru em Havana com o intuito de pedir asilo político. Durante o incidente, um dos soldados cubanos que faziam a guarda da embaixada peruana é morto pelos disparos de outro soldado, também responsável pela guarda – alguns testemunhos afirmam que, ao tentar disparar contra os invasores, o guarda assassinado foi surpreendido por outro soldado que o alvejou para impedir que ele disparasse contra civis desarmados. Em outros relatos, este incidente é considerado um acidente por “fogo amigo” (LARZELERE, 1988). O governo cubano não se posiciona com respeito à origem do disparo.

O editorial de *Granma* intitulado “A posição de Cuba”, também reproduzido na revista *Bohemia*, fez uma síntese dos fatos ocorridos na Embaixada do Peru. A versão publicada pela imprensa cubana afirma que o embaixador peruano Edgardo de Habish foi demitido pelo governo peruano, após ter trabalhado trinta e três anos no serviço diplomático, por não concordar em dar asilo aos refugiados (*Bohemia*, 11/04/1980). O texto afirma que a responsabilidade pelo ocorrido na embaixada e pela morte do soldado cubano devia-se à atitude da Embaixada do Peru que, após a invasão, não atendeu à solicitação do governo cubano de entregar os invasores às autoridades do país, sob a

alegação de que a Embaixada era território peruano e, portanto, caberia ao governo daquele país a decisão de conceder ou não o asilo político ao grupo de refugiados:

A Chancelaria Peruana ordenou que os delinqüentes fossem levados de novo à Embaixada. Aquela poeira trouxe essa lama, e junto à lama o sangue generoso e limpo do soldado cubano Ortiz Cabrera. Por que essa política absurda de conceder o visado aos que penetram pela força, sem justificação alguma e não aos que vão pacificamente a solicitá-la? (*Bohemia*, 11/04/1980, p.51).

Diante do impasse, no dia 4 de abril de 1980 o governo cubano retirou a guarda oficial e declarou que, a partir daquele momento, a Embaixada do Peru passaria a ser responsável por quaisquer eventualidades que pudessem ocorrer. Essa decisão foi transmitida pelas rádios cubanas. O mesmo editorial cubano afirmou:

Tal como se esperava poucas horas depois de retirar a guarda cubana, centos de elementos constituídos por delinquentes, lumpens, antisociais, preguiçosos e parásitos em sua imensa maioria deram-se cita na Embaixada do Peru. Passadas 48 horas eram mais de três mil, procedentes fundamentalmente da Cidade de Havana e as províncias ocidentais do país. Alguns desses elementos infortunadamente levaram também familiares e inclusive crianças (*Bohemia*, 11/04/1980, p.50).

No entanto, a estratégia do governo cubano não surtiu os efeitos esperados, pois a Embaixada do Peru não cedeu às pressões. Sem a proteção da guarda oficial, em dois dias a embaixada foi tomada por mais de dez mil cidadãos cubanos¹, que também reivindicavam asilo político na qualidade de dissidentes do regime.

No dia 6 de abril, o governo cubano retomou a guarda da embaixada do Peru e inclusive passou a erguer barricadas nas ruas próximas a ela, com o intuito de impedir que mais cidadãos cubanos pudessem entrar e pedir asilo político. A situação, que já era preocupante, tomou proporções alarmantes. Fidel Castro passou a culpar a CIA e o governo dos Estados Unidos da América pela postura da embaixada peruana em Havana (*Granma*, 04 de maio de 1980), o que prejudicou a primeira tentativa de distensão que ocorrera na conturbada relação entre os dois países vizinhos, desde os anos de 1960. As diplomacias cubanas e norte-americanas haviam iniciado um processo de reaproximação após a chegada do democrata Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos de América em janeiro de 1977. Os primeiros acordos foram assinados sem muita demora:

Um foi sobre as fronteiras marítimas e pesca, em águas entendidas como de preferência econômica dos norte-americanos; outro, sobre a supressão dos vôos de espionagem – os SR 71 – sobre território cubano; ainda a revogação da proibição de viagens de cidadãos norte-americanos a Cuba e o estabelecimento de “escritórios de interesses” em ambos países, espécie de representação com intercâmbio de diplomatas, mas sem *status* de embaixada (FURIATI, 2001, p.248).

¹ Ver PÉREZ-STABLE, 1996.

Como resultado desses primeiros intercâmbios, chegou a Havana um grupo de representantes da comunidade de cubanos no exílio e, a partir daí, definiu-se um programa de reunificação entre familiares, ocasião em que foram postos em liberdade quase 3.000 presos políticos (FURIATI, 2001, p.252). Alguns autores (PÉREZ-STABLE, 1996; MESA-LAGO, 1994) apontam que, mesmo com as barreiras políticas existentes entre Cuba e os Estados Unidos da América (relativas à relação de Cuba com a URSS, a intervenção de Cuba nas guerras em Angola e Etiópia, a situação dos direitos humanos e dos presos políticos, etc), os anos que precederam o Mariel representam um intervalo em que muitos acreditavam num entendimento real entre os Estados Unidos da América e Cuba. Além do mais, o governo cubano e seu líder Fidel Castro vivenciavam um excelente momento pela participação no Movimento de Países Não Alinhados (NOAL ou MPNA), que teve um crescimento importante a partir de 1976 em Colombo, no Sri Lanka, onde se reuniram 86 países. Posteriormente, em 1979 celebrou-se em Havana a “VI Conferência dos Países Não Alinhados”, participando 96 membros sob a presidência de Fidel Castro que, como vimos, havia sido duramente contestado por seu alinhamento político com a União Soviética.

Talvez por essas razões, a imprensa cubana narrou os acontecimentos da embaixada do Peru como tentativa de mostrar que Cuba não estava sozinha e que existia uma solidariedade internacional com a revolução cubana. Desse modo, a matéria do jornal conclui: “Era como se todas as vozes se tivessem convertido numa só. Cuba não estava sozinha” (*Bohemia*, 18/04/1980, p.70).

No dia 9 de abril, os ministros das relações exteriores do Pacto Andino, numa reunião de emergência no Peru, trataram do problema dos refugiados e pediram ajuda de outros países para reassentá-los. O presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, anunciou que aceitaria receber 3.500 cubanos da embaixada do Peru e ofereceu quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares como ajuda aos refugiados.² O presidente da Costa Rica, Rodrigo Carazo, aceitou receber provisoriamente os refugiados. Mas, depois de dois dias de vôos a São José, o governo cubano suspendeu novas saídas.

Um dia após as manifestações de apoio ao regime por de um milhão de pessoas em Havana, Napoleón Vilaboa, um veterano combatente anticastrista de Playa Girón³, organizou no dia 19 de abril uma frota de quarenta e duas embarcações para, desde Miami, buscar compatriotas, amigos e familiares. Em meio ao impasse internacional, o governo cubano, inesperadamente, decidiu abrir o porto de Mariel no dia 22 de abril de 1980, para que os dissidentes cubanos de Miami pudessem buscar não apenas os refugiados da embaixada do Peru, mas todos os compatriotas dissidentes da revolução. A decisão do governo cubano surpreendeu a comunidade internacional, que já esperava um inevitável acirramento do conflito. Na revista *Bohemia* o governo declarou: “a posição de Cuba é inatacável: absoluta liberdade de emigração” (*Bohemia*, 2/05/1980, p.56).

A estratégia do governo cubano foi vista como um gesto de tolerância e de controle da situação interna e, desta vez, alcançou os objetivos planejados, ou seja, agradou à comunidade internacional ao transferir a crise para os Estados Unidos da

² V. LARZELERE, *Castro's ploy – America's dilemma: the 1980 cuban boatlift*. Washington: National Defense University Press, 1988.

³ Ver entrevista dada por Napoleón Vilaboa a Edgardo Menéndez, publicada no jornal cubano-americano *Réplica* (21/05/1980). Disponível em: <http://www.latinamericanstudies.org/dialogue/vilaboa-5-21-80.pdf>.

América, que passaram a ter de receber milhares de dissidentes cubanos. Evidentemente, a postura do governo cubano não conseguiu convencer a todos os observadores internacionais. Carmelo Mesa-Lago, por exemplo, afirmou: "Castro, judiciosamente, deixou-os sair e, em algumas ocasiões, abriu os portos cubanos a um êxodo maciço". E, conclui: "Diferentemente da Europa oriental, esta política de portas relativamente abertas serviu como válvula de segurança para o descontentamento e amenizou os impulsos de sublevação" (MESA-LAGO, 1994, p. 184).

A ponderação de Carmelo Mesa-Lago mostra que, por um lado, o regime cubano passou a imagem de ser mais aberto que a maioria das repúblicas socialistas daquele momento, o que facilitou a aceitação da opinião pública internacional e, por outro lado, Fidel Castro aproveitou a saída do Mariel não só como válvula de escape para os descontentes, mas também como estratégia de controle interno e reforço da unidade da nação "frente a uma nova ameaça do imperialismo".

Entretanto, o governo dos Estados Unidos da América, ao perceber que teria que receber uma imigração massiva, tentou impedi-la. Segundo a legislação norte-americana vigente na época, todo cidadão cubano que tocasse o solo dos EUA poderia pedir o visto permanente, o que não acontecia com nenhum imigrante de outra nacionalidade; pelo contrário, qualquer outro imigrante, sobretudo latino-americano, que pisasse em solo norte-americano sem visto seria certamente preso e deportado. O protecionismo aos dissidentes cubanos devia-se exclusivamente à Guerra Fria e à certeza de que poucos conseguiriam chegar aos Estados Unidos da América devido às restrições impostas por Cuba à emigração. Até então, todo cubano que conseguia chegar à Flórida era saudado como um herói que chegava ao paraíso vindo do inferno; dava entrevista nos canais de comunicação americanos e era logo amparado por várias instituições.

A comunidade cubana de Miami, impulsionada pela possibilidade de rever seus familiares e amigos, passou a patrocinar-lhes a travessia, e só no dia 25 de abril cerca de 400 embarcações ancoraram no porto de *Mariel* para recolher os refugiados.

As embarcações saíram abarrotadas de cidadãos cubanos em direção aos Estados Unidos da América, mas não exatamente levando as pessoas esperadas pela comunidade cubana de Miami, pois o governo cubano decidira que a abertura do porto de Mariel serviria para a saída de todos os indesejáveis da revolução cubana. Para tanto, os supostos dissidentes deveriam apresentar-se aos postos determinados para conseguir o visto de saída de Cuba. Com esta medida, o governo cubano impediu que os exilados de Miami, que financiaram as travessias do estreito da Flórida, pudessem escolher a quem levar. Dessa forma, não foram poucos os que receberam por diversas vezes as embarcações repletas de exilados cubanos, dos quais não tinham o menor conhecimento, e ao final não conseguiram recolher quem realmente buscavam (LARZELERE, 1988, p.134).

A revista *Bohemia*, tradicional revista semanal cubana, manteve durante a crise uma seção chamada "Noticias de Mariel", que relatava os acontecimentos naquele porto. Eis uma pequena nota dessa seção:

Na manha de segunda feira saíam do porto de Mariel até os Estados Unidos dois embarcações que, procedentes da Florida, recolheram 48 elementos antisociais. Entretanto o departamento de estado ianqui fazia frenéticas declarações contra essas viagens a Cuba, ameaçando com arrestar, confiscar, etc. Agora começam a recolher os frutos de sua

política de alentar as saídas ilegais de Cuba, incluindo o sequestro de embarcações com seus tripulantes como reféns. Agora também se tem convertido em nossos guardafronteiras. Em duas palavras, lhe retiramos a custódia a península da Florida (*Bohemia*, año 72, n. 17, 25 de abril de 1980, p. 45).

Como se pode notar nesta citação, o governo norte-americano tentou impedir o desembarque dos dissidentes que chegavam pelo porto de Mariel desde o início, mas isso não foi possível devido à legislação favorável à imigração cubana e à cobertura internacional. O presidente norte-americano Jimmy Carter inclusive declarou no dia 6 de maio de 1980 estado de emergência em toda a Flórida, e a Casa Branca denunciou no dia 7 de junho que o governo cubano tinha exportado criminosos comuns retirados das prisões e enviados diretamente aos Estados Unidos da América.⁴ Esse tipo de manobra evidentemente contribuiu para a marginalização de todos os que saíram pelo porto de Mariel. Contudo, o governo norte-americano não teve outra opção senão receber os exilados e suportar o escárnio das autoridades cubanas e a ironia da oposição interna republicana em meio à campanha eleitoral para a presidência do país. Esta acusava Jimmy Carter de ter sido o primeiro presidente norte-americano a procurar dialogar com Fidel Castro desde o acirramento das relações entre os dois países em 1960.

Após os episódios do Mariel, qualquer cubano que pretendesse entrar na América passou a precisar obter, antes, um visto de entrada na embaixada dos Estados Unidos em seu passaporte. Isso, evidentemente, não era tarefa das mais fáceis e em muito dificultou a chamada terceira migração massiva de 1994, conhecida como a “crise dos balseiros”. Desta feita, as pessoas se lançavam ao mar em pequenas balsas, na desesperada tentativa de atravessar as 90 milhas que separam Havana da Flórida. Com exceção de poucos que atingiram o ambicionado objetivo, muitos naufragaram ou foram devorados por tubarões. Os demais foram recolhidos pela guarda costeira norte-americana e levados para a base de Guantânamo em Cuba. De lá, só saíram depois de uma verdadeira batalha diplomática, que terminou por dispersar milhares de dissidentes cubanos por vários países de todo o continente, já que o governo norte-americano se recusou categoricamente a acolher a todos eles. Hoje a legislação dos Estados Unidos da América estabelece o limite de 20.000 vistos para cidadãos cubanos por ano.

Ainda no dia 8 de maio de 1980, vinte e dois países e sete organizações internacionais se reuniram na Costa Rica para tratar a questão dos refugiados cubanos na embaixada do Peru e a crise do Mariel. Um artigo maliciosamente intitulado “Olha a cara do Carazo!” (*Que Carazo se trae Carazo?*), na revista *Bohemia*, investiu contra o presidente da Costa Rica e questionou a reunião convocada por ele e realizada nesse país para decidir sobre os refugiados do Mariel. O artigo, que ocupou duas páginas da revista, conclui da seguinte maneira: “Mesmo sem Cuba ter participado dessa reunião, aqui vão algumas ideias: por que Carazo não se ocupa de seus próprios problemas, ou, dizendo melhor, dos problemas de seu povo?” (*Bohemia*, 16/05/1980, p.49). A imagem insinua que a reunião fora presidida pelo presidente Carter, e designa o presidente Carazo como o interessado em repartir entre os representantes de quatro países – apenas o Peru, o Chile e os Estados Unidos são mais facilmente identificáveis – os indesejados dissidentes cubanos apontados na charge como *escória*.

⁴ V. GOTT, 2006.

As imagens e as notícias do Mariel na imprensa cubana apontam como o governo cubano reagiu ante a decisão de alguns governos de receber os dissidentes. No editorial da revista *Bohemia* (18/05/1980, p.48), o presidente da Costa Rica, Rodrigo Carazo, é acusado de ter o seu relógio funcionando segundo a hora de Washington. Em outra charge a revista *Bohemia* mostra novamente o presidente Carazo como um cãozinho pouco ameaçador puxado pela coleira pelo presidente norte-americano Jimmy Carter.

Tal como afirma MESA-LAGO (1994), o governo cubano surpreendeu a todos, já que a inteligência norte-americana não esperava que em menos de 159 dias aproximadamente 125 mil cubanos desembarcassem nas costas da Flórida. No dia 25 de setembro o governo cubano suspendeu a saída pelo porto de Mariel, e em novembro o presidente norte-americano Jimmy Carter foi derrotado por Ronald Reagan nas eleições presidenciais americanas. O historiador Richard Gott, a esse respeito aponta:

Após quatro meses, os Estados Unidos estavam fartos. As implicações políticas dessa migração em massa foram negativas para o governo Carter, que logo estaria tentando a reeleição. A chegada de cubanos já não se confinava mais apenas à Flórida. Os elementos “lúmpens” e criminosos na migração foram distribuídos pelas prisões norte-americanas do Arkansas e Atlanta, e todo o país foi afetado. Uma nova série de negociações logo estava em curso e o êxodo foi finalmente interrompido em outubro. O episódio foi um desastre para Carter e um fator que contribuiu na sua derrota para Ronald Reagan, nas eleições (GOTT, 2006, p. 301).

Assim, durante a maior parte da campanha eleitoral norte-americana, Jimmy Carter se viu em meio a uma crise internacional e teve ainda que se defender da chacota republicana por ter sido o primeiro presidente norte-americano a ensaiar uma aproximação com Fidel Castro.

A decisão do governo cubano também conseguiu atingir a comunidade cubana de Miami, seu opositor histórico, pois também a essa não interessava uma imigração massiva. Por fim, destruiu a duvidosa oferta de solidariedade dos Estados Unidos da América ao povo cubano, pois esse país teve que voltar atrás e rever suas leis para impedir o desembarque de outros milhares de refugiados cubanos em sua costa.

É necessário, porém, considerar que a situação dos considerados “entrantes cubanos” provenientes do Mariel foi muito difícil, assim como difíceis eram as relações entre Cuba e os Estados Unidos da América entre 1980 e 1984. Finalmente, em 14 de dezembro de 1984, durante a administração de Ronald Reagan, os governos cubano e norte-americano assinam o “Acordo de normalização das relações migratórias”, pelo qual Cuba se comprometia a aceitar de volta 2.746 cidadãos cubanos chamados de “excludables” vindos pelo Mariel⁵. Nesse mesmo ano de 1984 o governo norte-

⁵ Os chamados “excludables”, ou “excluibles”, são aqueles *marielitos* que foram qualificados como inadmissíveis por parte do governo norte-americano por terem cometido algum tipo de crime, ou por apresentarem algum tipo de doença mental. Também entre eles estava uma minoria que se inscreveu voluntariamente para retornar a Cuba. O tema foi tratado num documentário intitulado *Miami-Havana* dirigido por Estela Bravo, co-produção Cuba/UK/US, 1994, duração 52 minutos.

americano abriu a possibilidade a todos aqueles que entraram pelo Mariel a candidatarem-se para a obtenção da residência permanente nos EUA. A atitude de desconfiança dos *marielitos* com relação à sua legalização no novo país levou ao jornal *El Miami Herald*, em janeiro de 1985, a realizar uma campanha para que os “cubanos entrantes” procurassem o INS (Serviço de Imigração e Naturalização). Assim, em 20 de janeiro de 1985, o artigo intitulado “Milhares de entrantes de Mariel continuam sem preencher a inscrição” apresenta alguns elementos para analisar a situação dos *marielitos* quando aponta: “Temerosos aparentemente com a possibilidade de deportação, mais da metade dos 100.000 cubanos vindos pelo Mariel que residem no sul da Flórida não se inscreveram para tornarem-se residentes permanentes nos Estados Unidos” (SANTIAGO. Milhares de entrantes de Mariel continuam sem preencher inscrição, *El Nuevo Herald*, Miami, Flórida, 20 de janeiro de 1985, p.1).

A questão da deportação dos cubanos entrantes do Mariel, chamados “excludables” e a proporção que o debate alcançou na mídia induziram uma grande parte dos “entrantes” cubanos que tinham uma situação precária a não procurarem as agências. Desse modo, o coordenador do Programa de Serviços de Imigração e Naturalização (INS), Mariano Faget Jr, declarou no referido jornal: “Não entendo por que gente que desejava tanto a residência não está fazendo nada. Deve ser porque simplesmente não confiam em nós”. (SANTIAGO. Milhares de entrantes de Mariel continuam sem preencher inscrição, *El Nuevo Herald*, Miami, Flórida, 20 de janeiro de 1985, p.1). Na própria matéria do jornal a redatora Fabiola Santiago apresenta também os motivos dos *marielitos*:

Mas em Miami, os refugiados do Mariel dizem que os sinais que recebem do INS são confusas. Ao mesmo tempo que se lhes exorta a ir a se inscrever, alguns recebem cartas do INS onde se lhes disse que se apresentem as audiências imigratorias para sua possível deportação (SANTIAGO, *ibidem*).

A estigmatização dos *marielitos* nos EUA levou, por outra parte, a Fundação Nacional de Ciências de Miami a financiar uma pesquisa comparativa entre a situação dos *marielitos* e dos haitianos que entraram no mesmo ano de 1980 e se radicaram na Flórida. A pesquisa realizada por Alejandro Portes, Juan Clark e Alex Stepick revelou que 75 % dos 514 *marielitos* entrevistados afirmaram que os cubanos que chegaram antes de 1980 discriminavam os refugiados do Mariel de uma maneira geral. E 52 % dos *marielitos* entrevistados expressaram ter sido discriminados por outros cubanos. O estudo indica que eles receberam um tratamento negativo por parte de seus compatriotas devido aos estereótipos desfavoráveis. Como resultado desta situação, muitos *marielitos* se encontravam na pobreza, desempregados, com dificuldades para encontrar emprego ou recebendo salários geralmente mais baixos que outros cubanos. O estudo também revelou que uma das razões da situação econômica precária dos refugiados do Mariel era que só 3 % deles tinham familiares esperando-os; no caso dos haitianos, a situação era pior: só 1,5%.⁶

⁶ V. PORTES; STEPICK; CLARK. *Three years later: the adaptation process of 1980 (Mariel) Cuban and Haitian refugees in south Florida*. Miami: Latin American and Caribbean Center, Florida International University, 1985.

Os refugiados do porto de Mariel também eram vistos pelos exilados de 1960 como resultado do regime comunista de Fidel Castro que, segundo eles, em 20 anos havia destruído os valores mais sólidos da sociedade cubana. A comunidade cubano-norte-americana alegava não conseguir reconhecer os jovens “entrantes” devido à perda quase total dos valores sociais vigentes antes da revolução. Para essa comunidade, tudo fazia parte da estratégia política de Fidel Castro, que teria permitido a saída dos setores indesejáveis com o objetivo de constrangê-la. Denunciou-se até mesmo a infiltração de agentes da inteligência cubana entre os dissidentes que desembarcavam em Miami, aproveitando o ensejo para espionar as atividades políticas da comunidade, sobretudo em Miami, local que a maioria dos *marielitos* escolheu para viver no exílio.

A paranóia coletiva é um fenômeno muito comum em comunidades de exilados políticos, que compartilham o sentimento de viver constantemente vigiados e observados. (BANSART, 2000). Não podemos esquecer que em 1980 ainda se vivenciava a atmosfera da Guerra Fria e sua exploração comercial por parte da imprensa sensacionalista e da indústria do entretenimento (como filmes e livros sobre espionagem), além da inegável existência e presença de instituições como a KGB, a CIA e também o chamado *Órgano de la Seguridad del Estado Cubano*. A verdade é que o momento histórico propiciava a desconfiança, bem como favorecia o temor coletivo. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar a hipótese de que em meio aos milhares de refugiados estivessem realmente infiltrados alguns integrantes da inteligência cubana. Tudo isto, obviamente, não justifica o estigma com que foram marcados todos os exilados que chegaram pelo porto de Mariel em 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMENDROS, Nestor; JIMÉNEZ-LEAL, Orlando. *Conducta impropia*. Madrid: Editorial Playor, 1984.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1983.
- ARENAS, Reinaldo. La generación del Mariel. *Noticias de arte*, Miami, año 6, n. 11, p. 2, 1981.
- _____. La isla en peso con todas sus cucarachas. *Revista Mariel de Arte y Literatura*, Nova York ; Miami, año 1, v. 2, p.20-24, 1983.
- _____. La generación del Mariel. *Revista Mariel de Arte y Literatura*, Nova York; Miami Año 2, v. 6, p.34-35, 1984.
- BANSART, A. et al. (Orgs.). *Memoria, nostalgia y exilio*. Caracas: Aveca, 2000. 107 p.
- CASTRO, Fidel. Editorial, *Bohemia*, año 72, Nº 28, 11 de julio de 1980. p.3.
- _____. Editorial. *Bohemia*, La Habana, año 72, No. 28, 11 julio de 1980, p.03.
- _____. Cuando la política de un Estado poderoso carece de principios y sus gobiernos carecen de moral. *Bohemia*, año 72, Nº 17, 25 de abril de 1980, pp. 48-49.
- _____. Discurso 5 de março de 1960. Disponível em: www.cuba.cu/governo/discursos/1960.
- _____. *1961a*, Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en las honras fúnebres de las víctimas del bombardeo a distintos puntos de la república, 16 de abril de 1961. Disponível em: <http://cuba.cu/governo/discursos/1961/esp/f160461e.html>.
- _____. *1961b*, Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz como conclusión de las reuniones con los intelectuales cubanos, efectuados en la Biblioteca Nacional el 16, 23 y 30 de junio de 1961. Disponível em <http://www.cuba.cu/governo/discursos/1961/esp/f300661e.html>.
- _____. *Periódico Granma*, La Habana, 14 de abril de 1966, p. 3.

- CÓRDOBA, José de. Discriminan cubanos a los de Mariel, *El Nuevo Herald*, Miami, 04 de outubro de 1985, p.1.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I. *Cuba: order and revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- _____. Cuba 1959-1990. In: BETHEL, L. *História de América Latina, México y el Caribe desde 1930*. Barcelona: Editorial Critica Grijalbo Mondadori, tomo 13, p.145-227, 1998.
- GONZÁLEZ-PANDO, Miguel. Development stages of the “cuban exile country”. *CTP*, Cuba Transition Project, Intitute for Cuban & Cuban-American Studies. University of Miami, Miami, Florida, August 2004, p.50-65.
- GOTT, Richard. *Cuba, uma nova história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- IBARRA, Isabel. *Cultura y poder en Cuba (1980-1990)*. Memorias, experiencias y silencios de la revolución. 2000. 297 p. Tesis Doctoral, Universidad Complutense, Madrid.
- KOSELLECK, R. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.
- LARZELERE, A. *Castro's ploy – America's dilemma: the 1980 cuban boatlif*. Washington: National Defense University Press, 1988.
- LORENZO, Ismael, Fort Chafee, *Término*, Ohio, primavera de 1984, p.7.
- MESA-LAGO, Carmelo. *Breve historia económica de la Cuba socialista: política, resultados y perspectivas*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- _____. *Dialéctica de la revolución cubana: del idealismo carismático al pragmatismo institucionalista*. Madrid: Editorial Playor, 1979.
- MIGNOLO, Walter. Decires fuera de lugar: sujetos dicentes, roles sociales y formas de inscripción. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*. Lima/Berkeley, n. 41, p. 9-31, 1995.
- MISKULIN, Silvia Cezar. *Cultura e política em Cuba: os debates em Lunes de la revolución*. Dissertação de Mestrado, USP, 2000.
- _____. Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975). Programa de pós-graduação em História Social da USP, 2005.
- _____. A política cultural no início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural *Lunes de la revolución*. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edições/06/out6-07.pdf>. p. 77-90.
- PEDRAZA, Silvia. *Political disaffection in Cuba's revolution and exodus*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- _____. Cuba's refugees: manifold migrations. *CTP*, Cuba Transition Project, Institute for Cuban & Cuban-American Studies. University of Miami, Miami, Flórida, 1995, p. 311-329.
- PÉREZ, Eugenio Suárez. Campaña de Alfabetización 1961. Una batalla verdaderamente épica. Disponível em: www.bohemia.cu/2006/12/05/historia/alfabetización.html.
- PÉREZ JR., Louis A. *Ser cubano: identidad, nacionalidad y cultura*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2006.
- PÉREZ-STABLE, Marifeli. *La revolución cubana: orígenes, desarrollo y legado*. Madrid: Editorial Colibri, 1993.
- PÉREZ VIDAL, Ángel. *Muchas Gracias...Marielitos. Siete años después*. Miami: Ediciones Universal, 1988.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, No.10, 1992, p.200- 212.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, No.3, 1989, p.3-15.
- STARITA, Joe. Mariel: alta tasa de criminalidad, *El nuevo Herald*, Miami, Flórida, 24 de abril de 1983, p.4

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL